

# O QUE É A IIª IDADE DO FERRO NO SUL DE PORTUGAL?

por

Ana Margarida Arruda, Amílcar Guerra  
e Carlos Fabião\*

**Resumo:** Com base nos dados proporcionados por antigas escavações e pela informação obtida no decurso das investigações dos autores, apresenta-se uma nova leitura para a tradicionalmente chamada "IIª Idade do Ferro do Sul de Portugal".

**Palavras-chave:** Iª Idade do Ferro. IIª Idade do Ferro. Sul de Portugal.

## 1. INTRODUÇÃO

A arqueologia proto-histórica do Sul do actual território português apresenta-se, no estado actual dos nossos conhecimentos, extremamente difícil de abordar na globalidade, uma vez que a informação de que dispomos é muito pontual e apresenta, por isso, inúmeras lacunas inultrapassáveis.

Assim, se compararmos o volume de dados que uma mais que centenária tradição de estudos recolheu sobre os povoados fortificados no noroeste, revitalizada nas últimas décadas pelos trabalhos dos investigadores das Universidades do Porto e Braga, com os que possuímos para as regiões a sul do Tejo, fica-nos a consciência da imensa desproporção. No entanto, a informação sobre o Sul excede em muito a disponível para o Entre Douro e Tejo onde é quase total o desconhecimento das comunidades pré-romanas, apenas com alguns dados para a região litoral imediatamente a sul do Douro e para a área de Viseu e uma informação pontual e extremamente lacunar para o Baixo Mondego e Baixo Tejo.

As regiões meridionais do nosso território conheceram, tal como o Noroeste, o interesse de alguns dos mais notáveis pioneiros da arqueologia portuguesa,

---

\* Assistentes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigadores do Centro de Arqueologia da UL. Cidade Universitária, P 1699 LISBOA CODEX.

desde Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas a Abel Viana, passando por Estácio da Veiga, Leite de Vasconcellos ou Vergílio Correia, para não falar de outros ilustres eruditos de âmbito eminentemente local. No entanto, estes esforços iniciais não conheceram continuidade.

Somente a partir da década de 70, um intenso trabalho de campo desenvolvido por Caetano de Mello Beirão, L. Coelho, M.M. Alves Dias, sendo, o primeiro, acompanhado, depois, por J. Pinho Monteiro e M. Varela Gomes e, mais tarde, por outros investigadores como C. T. Silva, J. Soares e V. H. Correia, contribuiu para o esboço de uma primeira síntese das sequências culturais do sudoeste peninsular no I Milénio a.C.

Assim, teríamos uma Iª Idade do Ferro de feição Orientalizante, compreendida entre o século VIII e o V a.C., caracterizada por pequenos povoados abertos, amplamente disseminados, denotando uma “cultura evoluída e uniforme”, presumindo-se uma dependência face a grandes centros ainda não identificados; esses pequenos núcleos estariam associados a necrópoles de inumação com estruturas tumulares complexas e lápides epigrafadas; a cultura material denunciaria a existência de fortes estímulos orientalizantes sobre um fundo indígena que prolonga as tradições culturais do Bronze Final, bem como numerosas importações de idêntica proveniência (BEIRÃO/GOMES/MONTEIRO, 1979: 7-8 e BEIRÃO/GOMES, 1980: 6-7). A esta Iª Idade do Ferro ter-se-ia seguido uma outra, iniciada entre os séculos V-IV a.C. marcada por profundas transformações culturais, provocadas pelas migrações de populações de origem continental “que se instalam sobre uma civilização em adiantado estado de declínio”, caracterizada pela afirmação de caracteres culturais “célticos”, com um conseqüente esmorecimento dos contactos com o Mundo Mediterrâneo; seriam populações “iletradas”, responsáveis pela introdução nesta área de um novo rito funerário caracterizado pela incineração e deposição dos restos fúnebres em urnas; este novo complexo cultural prolongar-se-ia no tempo até à chegada dos romanos à região (BEIRÃO/GOMES/MONTEIRO, 1979: 8 e BEIRÃO/GOMES, 1980: 6). As cerâmicas com decorações por matrizes impressas (“estampilhadas”), que sugerem efectivamente ligações ao “mundo celta”, aparecidas em numerosos povoados alentejanos, forneciam a mais consistente base artefactual para a definição deste novo período da Proto-História do Sul de Portugal e pareciam confirmar as observações efectuadas na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal (CORREIA, 1925 e 1928).

Parece importante referir que, assim, a IIª Idade do Ferro seria essencialmente caracterizada pela sua componente étnica (indo-europeia), e estaria intimamente associada a uma migração de povos que, ao encontrarem em fase de declínio uma brilhante civilização, não teriam tido dificuldade em se instalar num território previamente ocupado. A conjuntura político-militar do Mediterrâneo

(queda de Tiro, guerras greco-persas e o início do poderio económico de Cartago) serviam também, mesmo que marginalmente, esta proposta.

Com alguns matizes, esta esquematização foi repetida em trabalhos mais recentes dos mesmos autores (BEIRÃO, 1986 e GOMES, 1992) e, pode dizer-se, constitui a doutrina corrente sobre estes períodos no sul do actual território português. Contudo, parece-nos, que esta tese, embora verosímil e potencialmente aplicável a algumas realidades e/ou regiões, carece de fundamentos sólidos e tem revelado dificuldades de articulação com o avolumar dos dados empíricos.

## 2. FUNDAMENTOS E FRAGILIDADES DE UMA TESE

No essencial, pode dizer-se que todo este sistema de explicação assenta em bases não-arqueológicas. A Iª Idade do Ferro é estreitamente associada ao reino de Tartessos. A sua génese, esplendor e decadência, para lá da linearidade e do carácter discutível desta leitura, de inegável sabor “spengleriano”, estariam intimamente relacionadas com os sucessos desta entidade política. A IIª ter-se-ia constituído na sequência de uma migração/invasão de cariz céltico. Os seus fundamentos e balizas cronológicas estribam-se em interpretações dos dados transmitidos pela tradição literária greco-latina — não nos dados em si, como procuraremos explicitar.

As principais fragilidades desta tese são, naturalmente, a inexistência de informação arqueológica que a confirme solidamente. Em primeiro lugar, faltam as sequências estratigráficas que documentem com segurança este processo, já que o principal indicador — as sobreposições da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (CORREIA, 1925 e 1928) — se revela, afinal, contraditório com a sequência estratigráfica observada no seu presumível habitat correspondente (SILVA *et alii*, 1980-1); por outro lado, outras estratigrafias conhecidas, que adiante comentaremos, estão, igualmente, longe de a validar. Em segundo lugar, questão estreitamente relacionada com a anterior, faltam em absoluto os sítios arqueológicos onde se documente uma ocupação Orientalizante à qual se sobrepõe uma outra de feição Continental — uma vez mais, os únicos dados em abono de tal sequência são fornecidos pela necrópole de Alcácer e por violações/reutilizações de outras da zona de Ourique: Fonte Santa, Furo do Pêgo e Carapetal I (BEIRÃO, 1986: 27-29). Finalmente, faltam-nos os dados cronológicos seguros, já que as poucas datas de radiocarbono actualmente disponíveis se revelam, no mínimo, perturbadoras, designadamente as que se referem às necrópoles da Iª Idade do Ferro daquela região (GAMITO, 1988: 120-1 e 1991: 300-301).

Convém sublinhar, no entanto, que a ausência generalizada de dados, ainda

sentida, em nada contribui para um melhor esclarecimento da situação. Assim, as notas que se seguem procurarão essencialmente traçar um balanço, em nosso entender mais rico que o habitualmente esboçado, desejando contribuir para relançar a discussão em torno do conceito de IIª Idade do Ferro do Sul de Portugal, sua caracterização e balizas cronológicas.

### 3. UM PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO

#### 3.1. Fontes Literárias

Perante uma manifesta falta de dados de natureza arqueológica, têm-se procurado encontrar nos autores clássicos alguns argumentos que fundamentem uma diferenciação de dois momentos na Idade do Ferro. Dadas as movimentações populacionais neste período, a individualização de duas fases poderia resultar da identificação de elementos que permitissem sustentar a hipótese de que, por volta do séc. V a.C., se registaram, no Sul do actual território português, alterações significativas, nomeadamente a nível das componentes étnicas.

A confrontação entre dois momentos torna-se possível, na medida em que, a partir do séc. VI a. C., a quantidade e pormenorização das informações fornecidas pelos autores clássicos parecem modificar-se substancialmente, em consequência do evoluir das relações que o mundo grego estabelece com a Península Ibérica. Os textos clássicos têm, por isso mesmo, sido invocados para fundamentar a separação entre uma Iª e uma IIª Idade do Ferro e para lhe atribuir uma datação concreta.

À *Ora Maritima* de Avieno tem sido atribuída uma particular importância para a realidade correspondente ao que se costuma designar como Iª Idade do Ferro, com base na convicção de que as informações nela contidas remontam a esse período. Esta presunção deriva em boa parte da análise de Schülten, o responsável pela generalização da ideia de que a sua fonte principal teria sido um antigo périplo massaliota do séc. VI a.C.

Convém, contudo, não esquecer as incertezas reinantes a este respeito e, sobretudo, ter em conta a diversidade da proveniência dos dados, uma vez que é explicitamente citado um conjunto de onze autores que o próprio Avieno afirma tomar como base. As dúvidas levantadas acerca da cronologia e do rigor das informações (BERTHELOT 1934: 15-16) assentam ainda no facto de nunca ser expressamente referida a existência desse périplo massaliota ao longo da obra o que levou a que desde cedo se colocassem hipóteses de outras origens (fenícia, cartaginesa) para as informações mais antigas.

Apesar destas reservas, que não devemos perder de vista, tem sido geral-

mente reconhecida a grande antiguidade das informações da *Ora Maritima* e é aceite a sua anterioridade em relação a Heródoto. As referências deste último assumem um especial significado pelo facto de poderem constituir um *terminus ante quem* (aproximadamente 480 a.C.) para a localização dos Celtas no ocidente peninsular (II, 33). Informação idêntica proporciona Herodoro de Heracleia (aprox. 420 a.C.) quando reafirma a presença de Celtas que habitavam “para além das Colunas de Hércules” (FHA II: 37). Mas alguns autores modernos, partindo da identificação de *Kynetes* (Avieno e Herodoro) e *Kynesioi* (Heródoto), defenderam a celticidade dos *Saefes* e *Cempsi*, que a *Ora Maritima* coloca ao lado daqueles, reconhecendo assim a conformidade das informações destes três autores clássicos. Para a fundamentação desta ideia contribuiu especialmente Lambrino (1957), invocando sobretudo argumentos de natureza linguística — a começar pelos próprios etnónimos (não apenas destes, mas também de *Lusis* e *Dragani*) — para provar essa vinculação étnica e cultural. Teríamos, nesta perspectiva, de fazer recuar a primeira presumida atestação de celtas no ocidente peninsular para o séc. VI a.C.

No entanto, a ausência na obra de Avieno de uma referência específica aos celtas é um dos argumentos em que assentaria a divisão entre Iª e IIª Idade do Ferro, tomando-a como um dado que poderia fundamentar uma das frequentes movimentações deste povo em período histórico e que a conjugação das fontes referidas permitiria situar entre os finais do séc. VI e os inícios do séc. V a.C. (v.g. MAIA 1985: 174). Os célticos seriam, nesta perspectiva, a componente étnica que deveria ser associada a uma nova fase, tanto mais que a sua origem “continental” se encontraria patente na cultura material do sul do território português (GOMES 1992: 167).

Pensamos, contudo, que os argumentos de Lambrino têm peso, uma vez que parece incontestável o carácter indo-europeu de muitos dos nomes por ele analisados. Celta, de facto, deve assumir-se como um termo que designa genericamente um conjunto de povos, por vezes bastante diferenciados, que deveriam ter como característica comum a afinidade linguística. A respeito do carácter abrangente desta designação vale a pena citar um passo de Estrabão (1, 2, 27) em que se esclarece que “os autores gregos antigos /.../ citavam, por desconhecimento, sob uma mesma designação [Celtas, Iberos], povos distintos”. Isto poderia justificar que os povos onomasticamente diferenciados na obra de Avieno, sejam por Heródoto abrangidos por uma mesma designação genérica (cfr. RENFREW 1990: 179-183).

Deve, pois, concluir-se que não se pode tomar a falta de uma referência a este étnico específico, numa obra como a de Avieno, como um argumento a favor da ausência de uma determinada realidade cultural.

Mesmo pondo de lado uma decisão sobre estas questões e as discussões em torno da localização concreta destas entidades, considera-se que as fontes clássi-

cas permitem traçar um quadro simplificado em que o sul do território português poderia, nesta fase, repartir-se por duas realidades distintas: na área meridional os *Kynetes/ Kynesioi*, culturalmente vinculados ao mundo mediterrâneo, e, a Norte destes, entidades portadoras de uma língua indo-europeia e integradas na esfera cultural de cariz “continental”.

A este panorama foram algumas vezes sugeridas modificações em aspectos de pormenor, como aconteceu recentemente com a proposta de separação entre *Kynetes/Kynesioi*, que habitariam a “faixa litoral do Alentejo” e os *Konioi* “no interior” (GOMES 1992: 131-132). Retomando a tradicional teoria da correspondência entre este nome e a sequência de signos que se repete abundantemente na epigrafia pré-latina da região, Varela Gomes procurou associar a diferença entre os etnónimos às características da distribuição das epígrafes com escrita do sudoeste. Ora, como se sabe, a leitura da sequência *Konii* num conjunto significativo de epígrafes com escrita do SO, não está de acordo com os valores actualmente atribuídos aos signos que a compõem, ainda que a interpretação alternativa de Correa (1985) — uma fórmula funerária — seja apenas uma hipótese avançada com reservas. Porém, não se justifica esta separação dos elementos de um conjunto aparentemente tão uniforme de vestígios epigráficos, uma vez que o único critério invocado parece ser o da densidade dos monumentos, o que não constitui argumento sólido.

Tratar-se-ia agora de saber até que ponto a distinção tradicionalmente estabelecida para a Idade do Ferro do Sul de Portugal encontra argumentos nos dados transmitidos pelas literaturas grega e latina. Ou, por outras palavras, se o quadro sintético acima traçado sofre alterações e até que ponto elas são culturalmente significativas.

Um problema que se coloca à maior parte das fontes clássicas, mas é particularmente sentido para esta fase, é o de saber a que momento diz respeito a informação veiculada, uma vez que o recurso às *auctoritates* não implica necessariamente nem a consciência de um desfasamento cronológico em relação a elas, nem — o que se tornaria essencial — o reconhecimento das modificações entretanto ocorridas. Daí que a exegese das fontes seja de extraordinária importância, mas, ao mesmo tempo, uma tarefa em muitos casos impossível.

Na realidade, o único dado seguro para uma localização no tempo de eventuais transformações do panorama étnico regional é a cronologia atribuída ao responsável pela informação ou ao autor da obra, isto quando a *auctoritas* é explicitamente referida, o que raramente acontece.

Este aspecto condiciona, naturalmente, a análise dos problemas, sobretudo quando se trata de estabelecer uma localização no tempo de movimentações populacionais ou modificações sensíveis nas componentes étnicas de uma região. Confrontar sob este aspecto a I<sup>a</sup> e II<sup>a</sup> Idades do Ferro torna-se, portanto, uma

tarifa fortemente limitada pela própria natureza dos dados disponíveis, embora se possam extrair algumas interessantes conclusões, apoiadas nalguns casos por dados de natureza epigráfica.

A primeira constatação, decorrente da análise das informações para a Iª Idade do Ferro, é a de que a duplicidade cultural aí verificada parece não se alterar substancialmente. Isto é, permanece uma distinção entre uma área marcada pelas influências mediterrâneas e uma outra “indo-europeia”, com uma correspondência territorial que não é possível estabelecer em pormenor, mas que genericamente se mantém.

Assim, o extremo Sul aparece como território dos Cónios (os *Konioi* de Políbio são identificáveis com os Cinetes) e, a Norte destes, surgem populações célticas (*keltikoi*, *celtici*). M. Maia procurou explicar a (subtil) diferença de terminologia entre a referência mais antiga (os *Keltaí* de Heródoto) e as mais recentes, procurando ver naquela forma uma maior proximidade com a sua origem indo-europeia e nesta um resultado de “simbiose do elemento celta invasor com a população autóctone, os Cónios” (1985: 174). É sempre problemático atribuir um significado a esta pequena diferença terminológica, sabendo nós a quantas contingências estão sujeitas as formas onomásticas transmitidas pelos autores clássicos.

Esta hipótese interpretativa corresponde, pois, à aceitação de uma continuidade étnica na região entre pelo menos o início do séc. V a. C. e o mundo romano ou, a aceitar-se a celticidade dos Cempsos, desde uma fase ainda mais antiga.

A questão da cronologia dos primeiros celtas no ocidente europeu tem sido, de resto, frequentemente debatida e, nas propostas de alguns arqueólogos e linguistas, as datações são extraordinariamente recuadas, se comparadas com as que se retiram dos textos clássicos. C. Renfrew (1990), por exemplo, num trabalho que não deixou de suscitar alguma polémica, procurou demonstrar que o estabelecimento de populações indo-europeias — para ele celtas, no caso do ocidente europeu — andava associado à difusão da agricultura, o que corresponderia *grosso modo* a uma época em torno de 4000 a. C. (RENFREW 1990: 129-138; 198). Este primeiro estágio de indiferenciação linguística daria progressivamente lugar, pela evolução diferenciada, à afirmação das peculiaridades de diversas regiões que se reconhecem em períodos históricos. Celtas, de qualquer modo, seriam todos aqueles povos que falariam uma língua pertencente a esse ramo das línguas indo-europeias, apresentando entre si evidentes afinidades, embora conhecidos nas fontes por uma grande variedade de designações.

A conquista romana deve ter sido igualmente confrontada com essa duplicidade étnico-cultural, que certas fontes reflectem com muita clareza. Talvez seja a este título particularmente significativa a obra de Ptolemeu. Ainda que muitas localizações de cidades sejam manifestamente desajustadas, as divisões por ele estabelecidas não deixam de ser significativas. No Sul do território por-

tuguês considera três unidades distintas: os turdetanos, os célticos e os lusitanos.

Este autor inclui entre os célticos do sul um conjunto de cidades que, do ponto de vista linguístico são seguramente integráveis em âmbito indo-europeu. Embora seja sempre problemático o estabelecimento de uma relação entre os topónimos e a componente étnica a que eventualmente se associam em determinado momento, tanto o elemento *-briga* (comum aos topónimos de *Arcobriga*, *Mirobriga*, *Meribriga* e *Lacobriga*) como os radicais da maior parte deles é inequivocamente pertencente ao núcleo de termos de origem indo-europeia, pelo que a vinculação céltica apontada por Ptolemeu se torna viável.

A ausência de uma referência aos célticos do Sul no texto pliniano deve-se talvez a uma generalização, de que poderia ser responsável o mapa de Agripa, que estende os lusitanos a toda esta região. Note-se, no entanto, que os Mirobrigenses são cognominados *Celtici*, o que está em consonância com a referência de Ptolemeu (2,5,6).

A diversidade linguística das populações desta área encontra-se, de resto, eloquentemente reflectida na epigrafia latina do sul do território português e na numismática que apresentam, especialmente no que diz respeito à onomástica pessoal, elementos claros.

De facto, os antropónimos das emissões monetárias da cidade cujo nome veio a ser *Salacia* (FARIA 1989: 82-88; FARIA 1992: 43-45) apresentam geralmente formas cujos paralelos se encontram na onomástica do sul da Península, especialmente em âmbito turdetano, em conformidade com a notícia de Ptolemeu (2,5,2). Por outro lado verificamos que os nomes de clara ascendência indo-europeia se repartem, no *conuentus pacensis*, exclusivamente por duas áreas: a faixa sudoeste e a zona do nordeste, a partir de uma linha que, a Sul, passa nas proximidades de Évora e que manifesta uma clara afinidade com a área confinante a Norte do Tejo. Já Encarnação (1984: 777) tinha assinalado o cariz lusitano-vetónico da antroponímia da região, embora interprete o fenómeno como um processo de deslocação populacional mais tardio. Pela dimensão que o fenómeno atinge não parece aceitável essa explicação.

Para a interpretação dessa evidência epigráfica Alarcão (1985: 99-100) recorda o passo estraboniano em que se refere que lusitanos foram transferidos para a outra margem do rio Tejo. Esta explicação deve, no entanto, confrontar-se com uma outra interpretação que se fundamenta na análise de anteriores conflitos entre lusitanos e romanos. Como tem sido abundantemente sublinhado por diversos investigadores dos acontecimentos deste período (GARCÍA MORENO 1987; PÉREZ VILATELA 1989, retomado em GUERRA/FABIÃO 1992: 13-16), os lusitanos estavam longe de circunscrever o seu território ao entre Douro e Tejo, assumindo as fontes referentes a estes acontecimentos a extensão do seu território para Sul do Tejo até confinar com o vale do Guadalquivir.

### **3.2. Escrita e Epigrafia**

A diferenciação entre os dois momentos da Idade do Ferro do Sul de Portugal tem, por outro lado, assentado na oposição entre uma primeira fase caracterizada pelo domínio e amplo uso da escrita e uma segunda em que esse conhecimento se perde, ou pelo menos não se manifesta (GOMES 1992:167-8). Uma transformação desta importância seria justificada por profundas transformações que se deveriam à instabilidade causada por movimentos populacionais ocorrida em meados do séc. V a.C. e cujos protagonistas teriam sido os célticos.

Contudo, a dificuldade em garantir uma coincidência entre este fenómeno e a cronologia atribuída à separação das duas Idades ressalta da investigação até hoje feita neste domínio. Registe-se desde já a enorme dificuldade em enquadrar cronologicamente a sua origem e desaparecimento, havendo neste aspecto opiniões bastante desencontradas.

Tem, de facto, prevalecido entre nós a ideia de que a escrita do SO é, na Península Ibérica, a mais antiga conservada, remontando ao séc. VII a.C. e não indo além do IV a.C. Para J. de Hoz é o seu carácter redudante que justifica essa antiguidade (1985: 462-64; 1990: 225) defendido igualmente por Beirão e Gomes que a pretenderiam ver confirmada nos resultados de trabalhos arqueológicos (BEIRÃO 1990: 116-118).

Contudo, contra estas datas sustentadas principalmente pelos investigadores portugueses, algumas propostas de cronologias mais baixas se registam, nomeadamente as de Maluquer, Untermann e Correa. O primeiro propusera inclusivamente datações bastante tardias, ao situar nos séc. III e II a. C. o desenvolvimento da escrita do SO (1968: 99) que, noutro lugar (1975: 160), coloca entre os séc. V e III a.C. Para Untermann (1975: 70-71) as origens da escrita peninsular em geral devem situar-se numa região de cruzamento das influências fenícias e gregas, e só a partir desta se teria criado o sistema de signos do SO. Recentemente e na sequência da análise do signário de Espanca, Correa (1993: 553-555) tomou uma posição sobre o assunto, defendendo não apenas a sua avançada cronologia (a partir do séc. V a.C.), mas ainda a vinculação da escrita não aos tartéssios, como fizera Tovar, nem ao ambiente cultural mediterrâneo, mas aos célticos. Esta conclusão é, de resto, coerente com as suas anteriores investigações que vêm defendendo a natureza indo-europeia da língua que transcrevia.

Traz igualmente uma interpretação diferente para o fenómeno da redundância, elemento que tinha sido geralmente apontado como uma manifestação de arcaísmo. Na sua perspectiva é antes uma peculiaridade tardia, pelo que aponta as origens da escrita do sudoeste para uma data que se fixaria no séc. V a.C. Esta baixa datação poderia eventualmente ser posta em paralelo com os dados que os

grafitos e as datas de radiocarbono parecem proporcionar (GAMITO, 1988:120-21; 1991: 300-301), embora também neste caso as perspectivas dos investigadores sejam diferentes.

Beirão e Gomes, perante a cronologia relativamente tardia de um conjunto significativo de grafitos do sul de Portugal, preferiram considerá-los manifestações resultantes de influências externas ou mesmo uma deslocação de objectos antigos em plena fase de romanização (1985: 496). No entanto, não deixam de assinalar que evidenciavam “grandes semelhanças com os caracteres utilizados na Iª Idade do Ferro mas pertencendo alguns, pelos contextos que integravam, já à IIª Idade do Ferro” (*Idem*: 465).

Uma eventual continuidade da escrita do SO é, no entanto, esvaziada de significado pelos que pretendem ver no séc. V a.C. um momento de ruptura, insistindo na diferença de natureza das manifestações epigráficas e na diversidade dos signários utilizados inclusivamente na numária de Alcácer. A solução da continuidade manifestar-se-ia na substituição do signário do SO pelos de origem meridional ou levantina e as manifestações epigráficas passariam a ocorrer com carácter muito mais esporádico. Verifica-se que estes investigadores manifestam propensão para acentuar as pequenas diferenças, esquecendo por vezes as grandes afinidades, aspecto que talvez não tenha sido suficientemente valorizado.

A discussão destes problemas depara-se, enfim, sempre com uma dramática ausência de dados, o que faz com que tanto esta como a questão da cronologia dos documentos epigráficos não tivessem encontrado ainda solução satisfatória. E ainda que seja legítimo colocar hipóteses, não se deve perder a consciência que estas não se podem converter em fundamentos sólidos de novas deduções, só pela força da repetição ou pela convicção dos que acreditam na sua viabilidade.

#### 4. UM PROBLEMA ARQUEOLÓGICO

Como pertencemos àquele “exótico” grupo de pessoas que acham que os problemas arqueológicos se discutem, aferem e problematizam com base nos dados arqueológicos, achamos essencial começar pelo balanço da informação disponível. O panorama é, sem dúvida, pobre, o que explicará muitas das dúvidas e incertezas.

##### 4.1. O Actual Quadro de Conhecimentos

A primeira questão, naturalmente inultrapassável, prende-se com a generalizada falta de dados, não só para o período em questão, mas também para os imediatamente anteriores. Um balanço, necessariamente sumário da informação

actualmente disponível sublinha bem as dificuldades existentes. O reduzido espaço concedido a esta comunicação inibe um comentário mais aprofundado, pelo que, simplificando, podemos considerar, para a chamada IIª Idade do Ferro, um razoável conhecimento de algumas pequenas áreas como a de S. Eulália (Monforte-Elvas-Estremoz), estudada por J. Morais Arnaud e T. Júdice Gamito, prolongada, recentemente, pelos trabalhos de Manuel Calado nos concelhos de Redondo e Alandroal; a da margem esquerda do Guadiana (Moura-Serpa) investigada por R. Parreira, Monge Soares e J. Caeiro; as zonas de Ourique-Almodôvar estudadas por Manuela Alves Dias, Luís Coelho e Caetano Beirão, prolongada no concelho de Castro Verde pelos trabalhos de Manuel e Maria Maia, tudo nas regiões do interior. Quanto às áreas litorais, há a assinalar trabalhos pontuais desenvolvidos no baixo Tejo, por R. Parreira, J. L. Cardoso e um dos signatários (AMA); no baixo Sado e costa alentejana por J. Soares e C. Tavares da Silva e no Algarve por Caetano Beirão, M. Varela Gomes e, também, por AMA. Todo o restante território do Sul de Portugal aparece pontuado por locais identificados ocasionalmente, mas somente prospectados à superfície — (v., a título de exemplo, GOMES, 1992: fig. 56). A escavação que os restantes signatários deste texto (CF e AG) têm em curso no sítio arqueológico de Mesas do Castelinho, Almodôvar, não forneceu, ainda, informação muito consistente sobre as fases mais antigas da ocupação do local (FABIÃO/GUERRA, 1993).

Esta seca enumeração pode sugerir uma amplitude de estudos que, infelizmente, não encontra uma efectiva correspondência no volume de dados publicados. Uma análise mais detalhada dos diferentes sítios revela-nos, porém, uma realidade bem diferente. Em primeiro lugar, somente em Alcácer do Sal foi possível associar uma necrópole — o Olival do Senhor dos Mártires — com o respectivo habitat, no subsolo da Alcáçova da cidade medieval. Como veremos, esta associação revela-se particularmente interessante para uma reavaliação da problemática da transformação cultural proposta no âmbito da Idade do Ferro. Em todas as restantes áreas não foi possível estabelecer qualquer relação entre zonas sepulcrais e áreas de habitat ou, onde tal relação parece plausível, os sítios não foram, ainda, escavados e/ou publicados.

#### 4.2. As Necrópoles e o Novo Rito Funerário

Tradicionalmente, defende-se que a transformação cultural da IIª Idade do Ferro seria perceptível, entre outras razões, pela introdução de um novo rito funerário — a cremação em *ustrina* e posterior deposição em urna —, considerando-se as violações/reutilizações de recintos funerários do período anterior um claro indicador da chegada de novas populações. Esta importante mudança nos

ritos fúnebres encontrar-se-ia documentada na área de Ourique-Almodôvar (BEIRÃO, 1986: 27-29). Deve sublinhar-se, porém, que esta mesma região denota um conjunto de situações algo insólitas que, de momento, aconselham alguma prudência de análise. Por um lado, as supostas necrópoles da Iª Idade do Ferro têm fornecido datas de Radiocarbono bastante baixas, designadamente as do Pego e Favela, Ourique, (GAMITO, 1988:120-21; 1991:300); por outro, as presumidas reutilizações afectam diferentes espaços sepulcrais, não só as supostas necrópoles do período anterior, mas também as estruturas megalíticas, como o da Nora Velha, Ourique (VIANA, 1960: 24-6), e o de Serro das Antas, Almodôvar (VIANA/FERREIRA/ANDRADE, 1957:409-13). Conhecem-se, também, estruturas tumulares complexas, como as da necrópole da Atafona, Almodôvar, (apenas parcialmente escavada) (BEIRÃO, 1986: 29 e GOMES, 1992: 175-7 e fig. 61), ou a do Carapetal, Ourique, também ela somente sondada (GOMES, *Ibidem*), que parecem documentar uma continuidade da tradição local de arquitectura funerária, conhecida em épocas anteriores, bem diferente dos simples enterramentos em cova observados nas necrópoles deste período, designadamente as de Elvas e Alcácer.

Como se referiu, apenas um sítio nos oferece, de forma indiscutível, o processo de transformação dos ritos funerários: a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. Contudo, uma vez mais, as vicissitudes que têm rodeado os diferentes momentos de escavação deste sítio arqueológico, limitam substancialmente toda a análise. Aparentemente, a uma fase de deposição em cova, com cremação *in situ*, caracterizada pela presença de materiais orientalizantes antigos — por exemplo, escaravinhos egípcios e fíbula de dupla mola — segue-se uma outra, topograficamente sobreposta à anterior, em que a cremação se pratica em *ustrina* com posterior deposição em urna (CORREIA, 1928:72-78). Nesta última fase, aparecem, de facto, numerosos materiais de influência continental, supostamente enquadráveis num (mal caracterizado) “Grupo do Tejo”, mas associados a abundantes importações de origem mediterrânea (CORREIA, 1925, 1930 e SCHÜLLE, 1969). Esta sequência de enterramentos constituiria, supostamente, a principal “prova” da presença de populações continentais e suas influências, num espaço anteriormente caracterizado pelas suas ligações “orientalizantes”.

Um nível de incêndio identificado nas escavações do povoado de Alcácer do Sal (a camada 8) tem sido invocado por alguns autores como o testemunho desta ruptura, tentando com esse dado justificar a presença de influências continentais (BEIRÃO/GOMES, 1985, 496 e GOMES, 1992:167). Contudo, a suposta descontinuidade é infirmada pela própria sequência estratigráfica, que demonstra a existência de uma Idade do Ferro de forte componente mediterrânea, em perfeita continuidade com o período anterior (SILVA *et alii*, 1980-81:212-214, GOMES, 1992:168).

Os dados da escavação do habitat de Alcácer do Sal vêm, em nosso entender, chamar a atenção para uma primeira distinção fundamental que se deve estabelecer na abordagem às realidades proto-históricas das áreas meridionais do nosso território: a que opõe litoral e interior. Como se verá, mesmo esta distinção poderá não ser operante em todas as situações.

Numa outra região, minimamente conhecida, já no Alto Alentejo, foram identificadas e parcialmente escavadas duas necrópoles que Schuelle incluiu, a par do Olival do Senhor dos Mártires, no seu “Grupo do Tejo” (1969): a da Herdade da Chaminé, Elvas, e a do Monte da Cardeira, Alandroal. A primeira foi extensamente escavada por A. Viana e Dias de Deus (VIANA/DEUS, 1950 e 1958) e forneceu um numeroso conjunto de materiais, entre os quais cerâmicas manuais de cozeduras irregulares, predominantemente redutoras, com decorações incisas sobre cordões plásticos, cerâmicas montadas ao torno, entre as quais tigelas baixas e outros recipientes com decorações pintadas (de “tipo ibérico”), espada de antenas, etc. — uma pequena parte dos materiais cerâmicos foi recentemente publicada (NOLEN, 1985). Pela sua localização, parece aceitável supor-la associada a algum dos povoados identificados no decurso das prospecções da área de S. Eulália (GAMITO, 1988). A segunda, descoberta no decurso de trabalhos agrícolas, não chegou a ser efectivamente escavada. A. Viana e Dias de Deus limitaram-se a recolher e publicar uma falcata e uma folha de lança em ferro (1958: 8-10 e Est. XXVI).

Pela sua localização geográfica, estas necrópoles sugeriam uma indicação do trajecto percorrido pelas populações continentais, desde a Meseta até Alcácer. Contudo, não se documenta qualquer presença “Orientalizante”, anterior, no local; e, para além disso, os materiais sugerem uma cronologia inequivocamente avançada dentro da IIª Idade do Ferro que inviabiliza qualquer pretensa anterioridade em relação à “fase continental” da necrópole de Alcácer do Sal.

### 4.3. Formas de Povoamento: Rupturas e Continuidades

O apreciável desconhecimento que advem da ausência de escavações em área ou de sondagens estratigráficas na esmagadora maioria dos povoados meridionais constitui um importante óbice a qualquer análise crítica. Todavia, os poucos dados disponíveis parecem sugerir, como se referiu, que uma primeira distinção entre litoral e interior adquire alguma relevância para a caracterização dos ambientes culturais proto-históricos das áreas meridionais.

#### 4.3.1. O Litoral

Nas áreas litorais até hoje minimamente investigadas, a costa algarvia, o baixo Sado e o baixo Tejo, parece verificar-se uma significativa continuidade cultural em todo o I Milénio a.C., sendo notórias as influências “mediterrâneas” ao longo deste período.

Esta continuidade começou por ser observada na estratigrafia de Alcácer do Sal, apesar da aparente descontinuidade marcada pela já referida Camada 8, frequentemente bastante empolada, de tal modo que, na caracterização do faseamento estratigráfico, os autores da escavação referem um “Ferro Mediterrânico I Orientalizante”, seguido de um “Ferro Mediterrânico II”, já sem epíteto, embora em clara continuidade com o período anterior, e um “Ferro Mediterrânico III”, contemporâneo do início da Romanização (SILVA *et alii*, 1980-1:209-214). A presença de alguns materiais atribuíveis ao Bronze Final parece indiciar uma extraordinária longevidade deste povoado. Inclusivamente, M. Varela Gomes, que insiste na ruptura da Camada 8 (GOMES, 1992:167), reconhece que “As antigas feitorias e entrepostos comerciais púnicos do litoral alentejano e algarvio (Setúbal(?), Alcácer do Sal, Monte Molião(?), Rocha Branca, Castro Marim) resistiram à “celtização”(...)” (*Idem*, 168) — as interrogações são nossas, porque, ao que julgamos saber, não há dados suficientes para caracterizar Setúbal ou o Monte Molião como “feitorias ou entrepostos comerciais”...

Uma continuidade cultural de feição mediterrânea foi observada, posteriormente, nas estratigrafias de Castro Marim (ARRUDA, s/d(1992)), Serro da Rocha Branca, Silves (GOMES, 1992:168 e GOMES, 1993:79-83) e, já no Baixo Tejo, em Santarém (ARRUDA, 1993). Embora se possa reconhecer que, em outros locais da área costeira, como Miróbriga e Moinho da Atalaia, ambos em Santiago do Cacém, e, talvez, em Chibanes, Palmela, a situação possa ter sido algo diferente, já que estes locais patenteiam conjuntos de materiais de feição mais “Continental” que “Mediterrânea” (SOARES/SILVA, 1979:174-5). No entanto, há que reconhecer que nem Miróbriga, nem Chibanes constituem exemplos seguros, já que dispomos somente de materiais desprovidos de contextos e que o Moinho da Atalaia foi somente prospectado.

Assim, teríamos, genericamente, uma região litoral onde se documenta um ambiente cultural predominantemente mediterrâneo ao longo de todo o I Milénio a.C., o que não exclui, como é óbvio, a eventual presença de gentes ou materiais de outras proveniências.

#### 4.3.2. O Interior

Seria fundamentalmente no interior que se poderia observar os sinais das transformações culturais da Iª para a IIª Idade do Ferro, tal como tradicionalmente tem sido apresentada, e onde se reuniam os mais significativos vestígios “celtizantes”. Contudo, uma vez mais, a escassez dos dados e o seu carácter contraditório suscitam mais interrogações do que categóricas conclusões.

Conhecemos alguns povoados de grandes dimensões que parecem remontar ao Bronze Final, eventualmente contemporâneos de algumas ocupações sidéricas do litoral, como o Outeiro do Circo, Beringel, (PARREIRA, 1971-5), os povoados da foz do Ardila (PARREIRA/SOARES, 1980) ou o da Coroa do Frade, Évora (ARNAUD, 1979), que, aparentemente terão sido abandonados, sem terem conhecido ocupações verdadeiramente “Orientalizantes”. Em contrapartida, os sítios que supostamente documentam as ocupações da Iª Idade do Ferro, designadamente os povoados das áreas de Ourique, Castro Verde, Almodôvar (BEIRÃO, 1986), patenteiam uma pobreza de espólios e uma insignificância nada consentâneas com a tese de uma “brilhante” e “florescente” Civilização — recorde-se que a amostra cerâmica de Fernão Vaz, Ourique, documenta um predomínio absoluto das cerâmicas manuais de tradição local (*Idem*: 116), em clara oposição com os horizontes detectados no Baixo Sado (MAYET/SILVA, 1993:138-140) e Baixo Tejo (BARROS/CARDOSO/SABROSA, 1993:155-6 e ARRUDA, 1993:198-202). É, aliás, esta situação que justifica a explicação destes povoados como núcleos periféricos de grandes centros ainda não detectados (BEIRÃO/GOMES/MONTEIRO, 1979:9; BEIRÃO/GOMES, 1980: 6-7; BEIRÃO, 1986).

Finalmente, outros povoados, de maior dimensão, implantados em lugares estratégicos de boas condições naturais de defesa, ou com importantes estruturas defensivas, como o da Cabeça de Vaiamonte, Monforte (materiais depositados no MNAE e ARNAUD/GAMITO, 1974-7); Veiros, Estremoz (ARNAUD, 1970); Serpa (BRAGA/SOARES, 1981 e SOARES/BRAGA, 1986) ou Mesas do Castelinho, Almodôvar (FERREIRA, 1993; FABIÃO/GUERRA, 1991 e 1993), não parecem ter conhecido ocupações associáveis à Iª Idade do Ferro.

Esta situação poderia, eventualmente, documentar uma mudança nos padrões de povoamento e, deste modo, fornecer mais uma “prova” das transformações culturais ocorridas na região ao longo do I Milénio. Note-se, aliás, que, recentemente, foi apresentada para a Estremadura espanhola uma leitura que pretendia documentar através da diferença observável nas estratégias de povoamento, a ruptura entre um período “Orientalizante”, de âmbito cronológico amplo, abraçando o Bronze Final e um Ferro Inicial, e uma IIª Idade do Ferro “celtizada” (RODRÍGUEZ DÍAZ, 1990). Embora reconhecendo as dificuldades decorrentes da escassa informação disponível para aquele território espanhol, o autor entrevê

uma ruptura civilizacional na alteração dos padrões de povoamento — com os grandes aglomerados do período “Orientalizante” a conhecer o abandono nos séc. V-IV a.C., salvo algumas exceções de particular interesse estratégico, e o surgimento, a partir dessa época, em novos locais, de povoados menores e solidamente fortificados (*Idem*: 133-135).

Tal situação poderia encontrar um bom paralelo nos dados conhecidos para o Baixo Alentejo, onde não parece existir entre os povoados fortificados da II<sup>a</sup> Idade do Ferro nenhum comparável ao gigantesco habitat do Outeiro do Circo, Beringel (PARREIRA, 1971-5). Mas, uma vez mais, a diversidade e complexidade dos modelos de povoamento desafia qualquer tentativa de generalização. De facto, regista-se o abandono de povoados num momento inicial da Idade do Ferro, mas conhecemos também outros locais, como a Azougada, Moura (materiais depositados no MNAE), que parecem ter sido ocupados durante o final da I<sup>a</sup> Idade do Ferro “Orientalizante”, mas também com um abundante acervo de materiais da II<sup>a</sup> Idade do Ferro — recorde-se que o chamado Palácio-Santuário de Cancho-Roano, Badajoz, teria sido construído e ocupado em pleno período de decadência da chamada Civilização da I<sup>a</sup> Idade do Ferro (GORBEA, 1990). Finalmente, o conjunto de pequenos habitats, com as respectivas necrópoles nas proximidades, ditos da I<sup>a</sup> Idade do Ferro, identificados por Caetano Beirão (BEIRÃO/GOMES/MONTEIRO, 1979; BEIRÃO/GOMES, 1980 e BEIRÃO, 1986), são formalmente semelhantes aos da II<sup>a</sup> Idade do Ferro da área de Neves-Corvo, Castro Verde, (MAIA, 1986) e, inclusivamente, aos das áreas de Ourique-Almodôvar (BEIRÃO, 1986:27-29). Em Neves-Corvo deparamo-nos com ocupações de clara feição mediterrânea, enquanto que, nas restantes áreas se recolheram materiais predominantemente “continentais”, embora não falem as importações de feição “ibérica” (GOMES, 1992, fig. 61).

De igual modo, um sítio tão significativo como Garvão, parece resistir bem aos influxos “celtizantes”. Com uma ocupação provavelmente remontando ao Bronze Final (GOMES, 1992:174), continuou a ser um importante sítio na II<sup>a</sup> Idade do Ferro, provavelmente pela sua implantação estratégica e pela presença de um santuário (*Ibidem*). Justamente entre o espólio de um depósito secundário associado a este último, parcialmente escavado e publicado (BEIRÃO *et alii*, 1985), genericamente enquadrável numa fase adiantada da II<sup>a</sup> Idade do Ferro, coexistem materiais de diferentes tradições culturais, com largo predomínio para os de tradição mediterrânea, já que os materiais cerâmicos de feição continental correspondem somente a cerca de 20% do total (BEIRÃO *et alii*, 1987:217).

Uma outra região, minimamente conhecida, a área do Alto Alentejo, parece documentar idêntica diversidade de situações, sendo notória, porém, a fraca importância dos influxos “Orientalizantes”.

Já referimos as necrópoles conhecidas na região, geograficamente implantadas numa área de que se conhecem, também, importantes dados sobre o povoamento. O mais importante de todos, para o tema que tratamos, é o da Serra de Segóvia, Elvas, pela longa ocupação que conheceu, para além do mais, balizada por datas de Radiocarbono (GAMITO, 1982, 1988, 1991) — do povoado de Cabeça de Vaia Monte, Monforte, não restam mais do que materiais desprovidos de contextos (ARNAUD/GAMITO, 1974-7 e MNAE), e Veiros, Estremoz (ARNAUD, 1970), parece ter somente uma ocupação tardia.

Infelizmente, não dispomos de uma publicação sistemática dos dados da escavação do povoado da Serra de Segóvia. Contudo, parece evidente a existência de uma continuidade de feição “Continental”, desde o Bronze Final até à plena Romanização (GAMITO, 1982: e 1988:119-121), o que não excluiu a existência de contactos com o mundo mediterrâneo, aparentemente intensificados justamente nas fases correspondentes à IIª Idade do Ferro local (GAMITO, 1988:119-121).

Mais a Norte, o povoado do Baldio, Arronches, apenas sondado, parece revelar igualmente uma ocupação contínua desde o Bronze Final à Romanização. No entanto, os dados publicados, por excessivamente sumários, inibem qualquer tentativa de comparação, já que a breve notícia sobre a sondagem efectuada (GAMITO, 1985: 91-2) é dificilmente articulável com as datas de Radiocarbono publicadas posteriormente e sem referência aos contextos estratigráficos em que as amostras foram recolhidas (1991:300 e 1993).

Assim, temos de concluir que, mesmo o interior, apresenta uma apreciável variedade de situações. As áreas de Ourique-Castro Verde-Almodôvar, particularmente importantes no contexto da Proto-História do nosso território por nelas se concentrar a maior densidade de vestígios epigráficos da escrita do SO, fornecem dados contraditórios. Por um lado, as únicas datas de radiocarbono associáveis ao fenómeno epigráfico sugerem cronologias tardias. Por outro, a tradição dos pequenos povoados em zonas baixas, sem estruturas defensivas, não parecem ser um modelo de povoamento exclusivo da Iª Idade do Ferro, já que se conhecem estruturas análogas no período posterior. Finalmente, assinala-se o aparecimento, a partir do século V-IV de novos modelos de habitat, com maiores dimensões e fortificados, aparentemente não documentados na chamada Iª Idade do Ferro.

Quanto à área do Alto Alentejo, parece registar uma continuidade cultural de feição continental, embora com numerosas importações de cariz mediterrâneo, sem que se afigure possível falar de um anterior período “Orientalizante”...

Sintetizando, poderemos dizer que resulta impossível querer caracterizar as componentes étnicas existentes nas áreas meridionais do actual território português a partir das fontes clássicas, da onomástica ou da epigrafia, visto que, no

estado actual dos conhecimentos todos estes dados esbarram nos incontornáveis obstáculos da datação, para não falar dos problemas decorrentes da utilização crítica de testemunhos profundamente marcados por preconceitos etnocêntricos.

Deste modo, uma correcta caracterização das comunidades da proto-história local terá necessariamente de se fazer com base nos dados arqueológicos. Estes, por sua vez, apesar de manifestamente escassos, de momento, denotam uma diversidade e uma complexidade suficientes para contradizer de um modo claro a visão, tradicionalmente apresentada, da sucessão de dois momentos civilizacionais, primeiro de âmbito marcadamente “mediterrâneo” ou “orientalizante” e, depois, de feição “continental” ou “celtizante”. O quadro atrás esboçado parece indicar a existência de várias “I.<sup>as</sup> Idades do Ferro” e outras tantas “II.<sup>as</sup>”, consoante os âmbitos geográficos considerados. Tal diversidade vai, aliás, ao encontro da pluralidade das entidades étnicas transmitida pelas fontes clássicas.

Assim, a principal conclusão, se tal se pode chamar, que propomos, é a de procurar aprofundar a investigação sítio a sítio, região a região, sem preconceitos, para tentar reconstituir um tecido cultural que, na sua complexa diversidade, teima em apresentar-se contraditório e avesso a caracterizações simplistas.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. DE 1980 - “Sobre a Romanização do Alentejo e do Algarve. A Propósito de uma Obra de José d’Encarnação”, *Arqueologia*, 11, pp. 99-111.
- ALMAGRO-GORBEA, M., 1990 - “El Periodo Orientalizante en Extremadura, La Cultura Tartessica y Extremadura”, *Cuadernos Emeritenses*, 2, p. 85-125.
- ARNAUD, J.M., 1970 - “O Castelo Velho de Veiros (Estremoz) - Campanha Preliminar de Escavações de 1969, Actas das I Jornadas Arqueológicas da A.A.P. (Lisboa, 1969)”, II, Lisboa, p. 309-328.
- ARNAUD, J.M., 1979 - *Corôa do Frade* - “Fortificação do Bronze Final dos Arredores de Évora. Escavações de 1971-1972”, *Madridier Mitteilungen*, 20, p. 56-100.
- ARNAUD, J.M./ GAMITO, T.J. 1974-7 - “Cerâmicas Estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I - Cabeça de Vaiamonte - Monforte”, *O Arqueólogo Português*, série III, 7-9, p. 165-202.
- ARRUDA, A.M., 1993 - “A Ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no Contexto da Expansão Fenícia para a Fachada Atlântica Peninsular”, *Estudos Orientais*, IV, p. 193-214.
- ARRUDA, A.M., s/d (1992) - “Cerâmicas Áticas do Castelo de Castro Marim, no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica”, Trabalho de síntese apresentado ao INIC para discussão na prova de habilitações prevista no artigo 6 (Dec. Lei 68/88, de 3 de Março), policopiado.
- BEIRÃO, C.M., 1986 - “Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (Ier Âge du Fer)”, Paris, *Diffusion De Boccard*.
- BEIRÃO, C.M. 1990 - “Epigrafia da Iª Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica”, in *Estudos Orientais*, 1, Lisboa: *Instituto Oriental*, pp. 107-118.

- BEIRÃO, C.M./ GOMES, M.V., 1980 - "A Iª Idade do Ferro do Sul de Portugal. Epigrafia e Cultura", Lisboa, SEC.
- BEIRÃO, C.M./ GOMES, M.V., 1985 - "Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal", in *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 Noviembre 1980)*, Salamanca: Ed. Universidad, pp. 465-499.
- BEIRÃO, C.M./ GOMES, M.V./ MONTEIRO, J.P., 1979 - "As Estelas Epigrafadas da Iª Idade do Ferro do Sul de Portugal", Setúbal, MAEDS.
- BEIRÃO, C.M./ SILVA, C.T./ SOARES, J./ GOMES, M.V./ GOMES, R.V., 1987 - "Um Depósito Votivo da IIª Idade do Ferro, no Sul de Portugal, e as suas relações com as culturas da Meseta, Stvdia Palaeohispanica (Actas del IV Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas)", *Veleia*, 2-3, p. 207-221.
- BEIRÃO, C.M./ SILVA, C.T./ SOARES, J./ GOMES, M.V./ GOMES, R.V., 1985 - "Depósito Votivo da IIª Idade do Ferro de Garvão - Notícia da I Campanha de Escavações", *O Arqueólogo Português*, IV série, 3, p. 45-135.
- BERTHELOT, A. 1934 - *Festus Avienus: Ora Maritima*, Paris, 1934.
- BRAGA, J.M.R./ SOARES, A.M.M., 1981 - "Indícios de uma Ocupação da Segunda Idade do Ferro no Castelo de Serpa", *Arqueologia*, 4, 1981, p. 116-123.
- CORREA, J. 1993 - "El Signario de Espanca (Castro Verde) y la Escritura Tartesia, Actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Colónia, 25-28 Nov. 1989)", *Salamanca*, Ed. Universidad, pp. 521-555.
- CORREIA, V., 1925 - "Uma Conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal, in: Obras, IV, Estudos Arqueológicos", Coimbra, *Acta Universitatis Conimbricensis*, 1972, p. 151-168.
- CORREIA, V., 1928 - "Escavações Realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927, Idem", p. 169-179.
- CORREIA, V., 1930 - "As Fíbulas da Necrópole de Alcácer do Sal, Idem", p. 181-186.
- ENCARNAÇÃO, J.D' - Incrições romanas do "conuentus pacensis", *Coimbra: Instituto de Arqueologia*.
- FABIÃO, C./ GUERRA, A. 1991 - "O Povoado Fortificado de "Mesas do Castelinho", Almodôvar, Actas das IV Jornadas Arqueológicas da AAP (Lisboa, 1990)", *Lisboa*, p. 305-319.
- FABIÃO, C./ GUERRA, A., 1993 - "As Ocupações Antigas do Sítio de Mesas do Castelinho, Almodôvar. Resultados das Campanhas de 1990-2, Actas das V Jornadas Arqueológicas da AAP (Lisboa, 1993)", *no prelo*.
- FARIA, A.M., 1989 - "A Numária de \*Cantnipo", *Conimbriga*, 28, p. 71-99.
- FARIA, A.M., 1993 - "Ainda Sobre o Nome Pré-Romano de Alcácer do Sal", *Vipasca*, 1, p. 39-48.
- FERREIRA, C.J.A., 1993 - "Escavações no Povoado Fortificado das Mesas do Castelinho (Almodôvar). Relatório Preliminar", *Vipasca*, 1, p. 19-37.
- GAMITO, T.J., 1982 - "A Idade do Ferro no Sul de Portugal: Problemas e Perspectivas", *Arqueologia*, 6, p. 65-78.
- GAMITO, T.J., 1985 - "Castro do Baldio, Arronches", *Informação Arqueológica*, 5 (1982-3), p. 91-2.
- GAMITO, T. J., 1988 - "Social Complexity in Southwest Iberia 800-300 B.C.. The Case of Tartessos", *Oxford*, B.A.R.-I.S., 439.
- GAMITO, T.J., 1991 - "A Introdução da Metalurgia do Ferro no Sudoeste Peninsular (com base nas datações de radiocarbono), Actas das IV Jornadas Arqueológicas da AAP (Lisboa, 1990)", p. 299-304.

- GARCÍA MORENO, L., 1987 - "Infancia, juventud y primeras aventuras de Viriato, caudillo lusitano, Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua", vol. II, *Santiago de Compostela*, p. 373-382.
- GOMES, M. V. 1992 - "Proto-História de Portugal", *Lisboa: Universidade Aberta*, p. 99-202.
- GOMES, M.V., 1993 - "O Estabelecimento Fenício-Púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves)", *Estudos Orientais*, IV, p.73-107.
- GUERRA, A./ FABIÃO, C., 1992 - "Viriato. Genealogia de um Mito", *Penélope*, 8, p. 9-23.
- HOZ, J. DE, 1985 - "El Origen de la Escritura del S. O., Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 Noviembre 1980)", *Salamanca: Ed. Universidad*, p. 423-464.
- HOZ, J. DE, 1990 - "El Origen Oriental de las Antiguas Escrituras Hispanas y el Desarrollo de la Escritura del Algarve", *Estudos Orientais*, I, p. 219-246.
- LAMBRINO, S., 1957 - "Les Celtes dans la Péninsule Ibérique selon Aviénus", *Bulletin des Études Portugaises de l'Institut Français au Portugal*, n. s., 19 (1955-56), p. 5-33.
- MAIA, M., 1985 - "Celtici e Turduli nas Fontes Clássicas, Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 1980)", *Salamanca: Ed. Universidad*, p. 165-177.
- MAIA, M.G.P., 1986 - "Neves II e a "Facies" Cultural de Neves-Corvo", *Arquivo de Beja*, série II, 3, p. 23-42.
- MALUQUER, J. 1968 - "Epigrafía Prelatinada la Península Ibérica", *Barcelona: Instituto de Arqueologia y Prehistoria*.
- MALUQUER, J., 1975 - "Tartessos", 2ª ed., *Barcelona: Ed. Destino*.
- MAYET, F./SILVA, C.T., 1993 - "Presença Fenícia no Baixo Sado", *Estudos Orientais*, IV, p. 127-142.
- NOLEN, J.S.U., 1985 - "Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo", *Lisboa, FCB*.
- PARREIRA, R., 1971-5 - "O Povoado da Idad do Bronze do Outeiro do Circo (Beringel, Beja)", *Arquivo de Beja*, 29-32, p. 31-45.
- PARREIRA, R./ SOARES, A.M.M., 1980 - *Zu Einigen Bronzezeitlichen Hoehensiedlungen in SuedPortugal*, "Madrider Mitteilungen", 21, p. 109-130.
- PÉREZ DE VILATELA, L., 1989 - "Notas sobre la Chefatura de Viriato en Relación con la Ulterior", *Archivo de Prehistoria Levantina*, 19, p. 191-204.
- RENFREW, C. 1990 - "Arqueología y Lenguaje. La Cuestión de los Orígenes Indo-europeos, (trad. de Archaeology and Language. The Puzzle of indo-european Origins", London, 1987), *Barcelona: Ed. Crítica*.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A., 1990 - "Continuidad y Rutura Cultural Durante la Segunda Edad del Hierro en Extremadura, La Cultura Tartésica y Extremadura", *Cadernos Emeritenses*, 2, p. 127-162.
- SCHÜLLE, W., 1969 - *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*, Madrider Forschungen, 3, Berlin, Walter De Gruyter & Co.
- SILVA, C.T./ SOARES, J./ BEIRÃO, C.M./ DIAS, L.F./ COELHO-SOARES, A., 1980-1 - "Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979)", *Setúbal Arqueológica*, VI-VII, p. 149-218.
- SOARES, A.M.M./ BRAGA, J.R., 1986 - "Balanço Provisório da Intervenção Arqueológica já Realizada no Castelo de Serpa", *Arquivo de Beja*, II série, III, p. 167-198.
- SOARES, J. e SILVA, C.T., 1979 - "Cerâmica Pré-Romana de Miróbriga (Santiago do

- Cacém)", *Setúbal Arqueológica*, V, p. 159-184.
- UNTERMANN, J. 1975 - "Monumenta Linguarum Hispanicarum", I, *Wiesbaden*.
- VIANA, A., 1960 - "Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo", separata de *Arquivo de Beja*, 16.
- VIANA, A./ DEUS, A.D., 1950 - "Necropolis Celtico-Romanas del Concejo de Elvas (Portugal)", *Arquivo Español de Arqueología*, 80, p. 229-253.
- VIANA, A./ DEUS, A.D., 1958 - "Campos de Urnas do Concelho de Elvas. Paço Ducal de Vila Viçosa, Materiais da Secção Arqueológica", separata de *O Instituto*, 118.
- VIANA, A./ FERREIRA, O.V./ ANDRADE, R.F., 1957 - "Monumentos Megalíticos dos Arredores de Ourique", *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 38, p. 409-413.